

Governo vai assumir

TICA

O ESTADO DE S. PAULO - A5

ES 98

dívidas dos Estados

Presidente envia ao Congresso pedido de crédito especial de R\$ 103,3 bilhões para 22 governadores, que vão poder saldar o débito com o Tesouro em 30 anos

JOSÉ CASADO

Aprovada a emenda que permite a reeleição de governantes, o governo federal começou a mobilizar o Congresso para rápida aprovação de um "crédito especial" de R\$ 103,3 bilhões no Orçamento deste ano. O presidente Fernando Henrique já encaminhava o pedido ao Legislativo.

É para a União assumir as dívidas de 22 Estados, no segundo semestre. Isso abrange todos os débitos bancários contratuais externos e internos (incluindo as chamadas operações de antecipação de receita orçamentária), as dívidas mobiliárias e as pendências com a Caixa Econômica Federal.

Prazo — Os governos estaduais vão ganhar 30 anos de prazo para devolver o dinheiro ao Tesouro, nas seguintes condições:

- Prestações mensais fixas, baseadas na tabela Price.

- Juros de 6% ao ano acima da inflação (medida pelo IGP-DI).

É um negócio no qual a União dá enormes subsídios aos Estados, às vésperas da campanha sucessória para a Presidência e os governos. O subsídio do governo federal estará na diferença entre aquilo que o Tesouro deverá cobrar dos Estados para "federalizar" suas dívidas (12,9% ao ano) e o custo que a União já paga (20,9% ao ano) para levantar dinheiro no mercado financeiro com os próprios títulos.

O impacto inicial

nando contratos individuais adequados às peculiaridades financeiras e patrimoniais de cada um, nos quais registra-se a obrigatoriedade de abandonar todos os mecanismos de financiamento que não sejam a arrecadação, pelo período em que o estoque das dívidas estaduais estiver superior a uma receita líquida anual.

Isso inclui novos empréstimos, já em negociação ou projetados com agências financeiras multilaterais (como Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento). Há evidências de que o governo federal e o Congresso tendem a ser rígidos nas posições sobre os pedidos dos Estados.

Exemplo — O caso de Sergipe é exemplar: o Estado, que não tem dívida mobiliária, apresentou há dias um pedido de autorização para emprestar R\$ 11 milhões de uma instituição multilateral. O Banco Central recomendou aos senadores que o negócio fosse vetado, acenando com a possibilidade de que isso afete o futuro compromisso do governo de Sergipe de manter sua dívida no limite de um ano da receita líquida real.

Os contratos do governo Albano Franco (PSDB) com o Ministério da Fazenda devem ser assinados nas próximas semanas. O relator

do projeto de lei, senador Waldeck Ornellas (PFL-BA), pediu ao BC que demonstrasse o risco. Mas o Banco Central não provou sua tese: "Se ele não consegue mos-

trar socorro aos Estados tende a ser essencialmente político: amplia a margem de manobra financeira dos governadores nos próximos 18 meses, etapa em que a maioria deles deverá estar engajada na campanha pela própria reeleição e, também, a do presidente.

Tais reflexos tendem a ser mais visíveis nos quatro maiores colégios eleitorais do Sudeste-Sul (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul), nos quais aliados do presidente concentram poder e gerenciam 85% do total da dívida dos Estados em títulos. Os contratos que compõem o acordo com São Paulo começaram a ser assinados há duas semanas.

Recuperação — De maneira geral, os governadores-candidatos, hoje virtuais gerentes de dívidas, devem iniciar as campanhas à reeleição na condição de administradores de Estados em plena recuperação da capacidade de pagamento e de investimentos, caso o Congresso aceite o cronograma sugerido pelo Planalto para que a União assumira todas as dívidas estaduais ainda neste ano.

Os governadores, em contrapartida, assumem o compromisso de limitar o endividamento total de seus Estados ao equivalente a um ano de receita líquida real, ou seja, descontadas as transferências aos municípios. Se for desrespeitada qualquer cláusula do acordo escrito, o governo estadual perde o direito ao subsídio federal e o Tesouro lhe transfere os custos reais da dívida federal.

Isso ocorrerá com todos os governos estaduais que estão assi-

OPERAÇÃO DEVE INFLUIR NA DISPUTA ELEITORAL

trar que o Estado está ferindo o compromisso assumido, então não há razão para não aprovar o empréstimo e vou recomendar a autorização", anunciou Waldeck Ornellas.

— Os Estados obrigam-se, ainda, a:

- Não lançar novos títulos mobiliários para captação de recursos;

- Não renegociar as dívidas já refinanciadas pelo Tesouro;

- Desmontar quase todo o patrimônio estadual, privatizando, por meio do BNDES, suas participações acionárias em companhias de energia, telefonia e saneamento;

- Entregar à União ativos equivalentes a 20% da sua dívida total. A negociação com São Paulo envolveu o Banespa.

A forma de avaliação dos ativos estaduais transferíveis à União, desenvolvida a partir do caso paulista, sugere que a concessão de subsídios federais pode vir a ser proporcionalmente maior a um Estado do que a outro.

- Vender, extinguir, liquidar ou transformar as empresas financeiras estaduais em agências de fomento não-financeiras.

O governo federal se dispõe a financiar até 100% do passivo dessas instituições financeiras (na maior parte composto por empréstimos sem retorno a grupos privados) com recursos orçamentários ou pelo Banco Central. Caso o governante deseje manter sua instituição — o que é real em algumas regiões, até mesmo por implicações político-eleitorais —, a ajuda federal vai limitar-se a 50% do passivo, ficando o Estado obrigado a fazer aporte de capital próprio para cobrir o restante do buraco.

